



**Saverio Paolillo (Padre Xavier)**

---

## “Nosso trabalho é incompreendido”

Natural da Itália, o Padre Saverio Paolillo, mais conhecido no Brasil como Padre Xavier, vem atuando em favor dos direitos da criança e do adolescente brasileiros desde 1985. São incontáveis os projetos criados pelo religioso de 50 anos ao longo de sua trajetória, tanto em São Paulo como no Espírito Santo. Abrigos, casas-lares, centro de defesa, programas de liberdade assistida, projetos profissionalizantes e assistência às famílias de meninos e meninas abrigados ou em conflito com a lei estão entre as suas realizações.

Como integrante e coordenador da Pastoral do Menor, denunciou inúmeras situações de violação de direitos humanos nas unidades de internação de adolescentes. Conseguiu dar visibilidade internacional ao problema ao levar a situação para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Também participou como mediador de incontáveis conflitos e rebeliões.

Padre Xavier integra o Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo. Ele acredita que há uma visão equivocada a respeito do trabalho que realiza e sofre cotidianamente pressões por defender os direitos de uma parcela da população que, em sua opinião, precisa, acima de tudo, de políticas públicas que efetivem os direitos humanos.

### **Como começou a atuar com direitos de crianças e adolescentes no Brasil?**

Sou membro da Congregação dos Missionários Combonianos. Eu era seminarista e ainda faltava completar os estudos de teologia. Eu já vinha lendo um pouco da literatura teológica latino-americana e da caminhada das Comunidades Eclesiais de Base, então pedi para terminar os meus estudos no país. Cheguei a São Paulo em novembro de 1985. A nossa casa de formação estava localizada na periferia da cidade, no Parque Santa Madalena, na Zona Leste de São Paulo. A ideia era oferecer uma formação para o sacerdócio inserida no meio popular. Por causa dessa localização, tive a oportunidade de partilhar a vida dos moradores da favela. Como só havia trabalho com crianças no local, decidimos nos aproximar dos adolescentes e dos jovens da região, mais vulneráveis à sedução do tráfico e da criminalidade.

Fizemos a experiência de sair para as ruas e catar papelão junto com os adolescentes, para conhecer melhor a realidade deles e superar a desconfiança que tinham em relação ao nosso trabalho. Foi uma experiência muito interessante porque nos permitiu entrar no mundo desses meninos e meninas. Sentimos na própria pele o sofrimento por que eles passavam, sobretudo a discriminação por causa da situação que vivenciavam. A partir de então, começamos a desenvolver um verdadeiro trabalho de rua e a construir respostas aos vários desafios encontrados.

Nesse contato com a rua, nos deparamos com o problema da prostituição infanto-juvenil. Criamos uma casa de passagem para adolescentes do sexo feminino. Também desenvolvemos cursos profissionalizantes, oficinas culturais e atividades esportivas para enfrentar a violência e criminalidade, o consumo e tráfico de drogas. Para garantir assistência religiosa aos adolescentes e jovens privados de liberdade, passamos a realizar visitas semanais nas unidades da Febem e nas carceragens das delegacias. Priorizamos duas frentes de ação: a situação de rua e os adolescentes em conflito com a lei.

### **Naquela época não havia ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nem uma série de tentativas que existem atualmente para amenizar a situação das unidades socioeducativas. Qual foi a situação que o senhor encontrou nessas unidades da Febem?**

A situação era complexa. As unidades viviam superlotadas. Os adolescentes andavam sempre cabisbaixos, com as mãos para trás. Tinham acesso a poucas atividades e ficavam a maior parte do tempo na ociosidade. Relatavam maus-tratos, arbitrariedades e abusos que supostamente eram cometidos dentro das unidades seja por parte de alguns funcionários seja por parte de outros adolescentes. As unidades eram palco de

rebeliões com rastros de destruição e atrocidades cometidas contra os reféns. As próprias condições de trabalho dos funcionários eram desumanas.

Depois da promulgação da nova Constituição Federal, ficamos totalmente envolvidos no processo de discussão e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 1991 nasceu o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedeca), um tipo de organização que, articulada com as outras instituições que integram o Sistema de Garantia de Direitos da infância e da adolescência, tinha como missão a efetivação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes. Com o Cedeca, passamos a oferecer também atendimento jurídico, psicológico e assistência social. O grande sonho do Cedeca era tirar o Estatuto do papel e torná-lo realidade. Queríamos oferecer ferramentas para que as crianças e os adolescentes pudessem exigir os direitos garantidos na nova legislação.

Mas a nossa prioridade continuou sendo o trabalho com os adolescentes em conflito com a lei. Criamos um programa para a execução da medida socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária (LAC). Criada pela Pastoral do Menor em 1987, bem antes da promulgação do ECA, a LAC é a medida socioeducativa que mais apresenta resultados favoráveis, pois proporciona uma ação socioeducativa que envolve em maneira efetiva a comunidade e a família no atendimento ao seu adolescente que está em conflito com a Lei.

Naquela época, sofri muita pressão. Fui ameaçado algumas vezes. Era acusado de ser “um defensor de bandidos”. Existia um jogo muito forte e uma tentativa de desqualificar nosso trabalho. Na realidade nunca compactuamos com a violência e a criminalidade. Sempre fomos defensores da legalidade e da cultura da paz. Nós queríamos fazer exatamente o contrário. Queríamos tirar os adolescentes da mão da criminalidade com políticas públicas que efetivassem o acesso a todos os direitos humanos.

Em 1999 fui transferido para o Espírito Santo. Em São Paulo tudo é grande. Eu lidava com um número muito grande de adolescentes cumprindo a medida de internação – tinha unidade com cerca de 1.200 meninos – e um grande número de presos adultos. Então eu achava que poderia ter uma vida mais tranquila em um estado menor.

### **Foi isso que encontrou?**

Não. Quando eu cheguei ao Espírito Santo, na cidade de Serra, região metropolitana da capital Vitória, continuei o trabalho com os adolescentes envolvidos com a prática infracional, visitando as unidades de internação. A primeira unidade que visitei era realmente pequena, abrigava apenas 120 adolescentes. Mas o espaço era horrível.

Os adolescentes ficavam enjaulados em celas, em uma estrutura de delegacia, o prédio era obsoleto e no meio de um bairro residencial, o que gerava grande hostilidade por parte dos moradores, porque havia rebeliões, problemas, gritaria. Visitei outras unidades em situação semelhante. E eu ficava incomodado, porque os números eram pequenos, não deveria ser difícil solucionar o problema.

Esse meu acompanhamento foi criando muitos conflitos, porque eu comecei a ir toda semana às unidades. Além do trabalho pastoral de assistência religiosa, como militante de direitos humanos, via a situação dos adolescentes, ouvia suas reclamações e com base nisso passei a gerar relatórios. A partir desses relatórios, que denunciavam toda uma situação de irregularidades, falta de material e violação dos direitos humanos, no final de 2002 foi determinada uma intervenção de seis meses no órgão que geria essas unidades. Faltaram tempo e condições para melhorar a situação. As violações de direito continuaram. Apesar da boa vontade de boa parte dos funcionários, naquelas condições era impossível realizar um bom trabalho. Aconteciam rebeliões. Em algumas delas fui chamado para ajudar nas negociações.

### **Como você atuava no processo de negociação?**

O trabalho que a gente fazia era de mediação de conflitos. Eu dizia para os adolescentes que não estava ali para prometer nada. Só pedia a liberação imediata dos reféns. Deixava bem claro para eles que na situação de rebelião eu não negociava, apenas depois da devolução dos reféns. Entendo que a rebelião, sobretudo com reféns e quebra de patrimônio, constitui um crime. A única coisa que eu prometia era que, acabada a rebelião e entregues os reféns, eu iria acompanhar a operação policial, para evitar qualquer retaliação violenta que pudesse ocorrer. Eu não queria criar a ideia de que para conseguir direitos eles precisavam pegar um agente socioeducativo ou outro adolescente como refém, até porque como defensor de direitos humanos não podia tolerar qualquer forma de violência. Pela minha atuação nas unidades de internação, em 2003 comecei a sofrer ameaças. Passei um ano com escolta policial.

### **Como está a situação hoje?**

De 2003 a 2009 começou um processo de reordenamento institucional. Foram realizados esforços de adequação das unidades aos novos paradigmas legais previstos no ECA, mas os passos foram insuficientes. Em 2009, por causa da persistência de graves violações aos direitos humanos, em conjunto com a organização Justiça Global e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra, decidimos internacionalizar a questão

das unidades socioeducativas do estado, produzindo relatórios e procurando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A questão foi para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que aplicou medidas provisórias que permanecerão em vigor até o final de 2012.

Algumas coisas já foram alteradas, especialmente no que diz respeito à adequação arquitetônica e à descentralização das unidades. Os relatos de supostas torturas e maus tratos também estão diminuindo. Em todas as unidades já existe um plano pedagógico. Os adolescentes têm maiores chances de acesso a atividades. Os funcionários estão tendo maior identificação com o trabalho. O Tribunal de Justiça, o Ministério Público e o Poder Executivo criaram um sistema interinstitucional que, em parceria com a sociedade civil, está monitorando o trabalho nas unidades e buscando soluções para os desafios. Sentimos que há um esforço coletivo para a construção de um novo sistema socioeducativo. E continuamos acompanhando esse processo.

### **Além do trabalho direto com as unidades de internação, o senhor também continuou atuando com a questão de crianças em situação de rua no Espírito Santo?**

Sim. Logo no início do meu trabalho no Espírito Santo, em parceria com outras instituições, criamos uma rede de oito projetos interligados, que oferecem acolhimento provisório, profissionalização e atividades de jornada ampliada. Ao longo dos últimos 12 anos milhares de crianças e adolescentes que passaram pelos nossos projetos. Temos um site que conta a história da rede: <[www.redeica.com.br](http://www.redeica.com.br)>.

Os projetos não são assistencialistas, mas querem contribuir para o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes para que vivam como cidadãos éticos, responsáveis, competentes e solidários. É importante frisar que o nosso objetivo com o oferecimento de casas-lares e abrigos é tentar retomar os laços familiares, reaproximar os adolescentes às suas famílias de origem e à comunidade, em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Caso isso não seja possível, juntamente com a Vara da Infância e da Juventude, procuramos famílias substitutas. Mas a adoção tardia é muito difícil, são poucos aqueles que querem adotar adolescente. Então os preparamos também para a autonomia, seja do ponto de vista psicológico e afetivo quanto do ponto de vista econômico, para que, na hora de sair, tenham condições de se manter independentes.

Também mantemos um projeto que executa a medida socioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária, no qual atendemos 400 jovens. A missão do projeto é oferecer suporte aos adolescentes para estagnar sua participação na prática de ato infracional

por meio de instrumentos para despertar o respeito às normas vigentes e o exercício da cidadania. O trabalho envolve a família e a comunidade. É uma alternativa para o encarceramento desses adolescentes que cometeram atos infracionais de baixa e média gravidade.

**A Liberdade Assistida é uma medida socioeducativa que, de acordo com o movimento pela infância e adolescência, poderia ser bem mais aplicada no país. Em sua opinião, por que isso não acontece?**

O descrédito para com as medidas socioeducativas em meio aberto acontece um pouco pela pressão da própria sociedade, que acredita que o combate à violência se dá sobretudo pelo encarceramento de massa. Os adolescentes ou “menores”, como normalmente são chamados, viraram uma espécie de bode expiatório, porque toda a responsabilidade do crescimento da violência recai sobre eles. Existe uma propaganda maciça por parte de alguns meios de comunicação e de setores da sociedade para responsabilizar o adolescente e desqualificar o Estatuto da Criança e do Adolescente, acusando-o de fomentar a impunidade. Boa parte da opinião pública exige maiores investimentos na repressão e defende o encarceramento de massa que atinge sobretudo a população mais pobre, mais vulnerável. Isso não quer dizer que o pobre seja mais bandido, mas infelizmente onde a realidade da pobreza e da violação de direitos é mais marcante, é mais fácil para a criminalidade captar recursos humanos para suas atividades ilícitas. Nessas comunidades precisamos de mais políticas públicas construídas visando à emancipação, participação e formação cidadã do jovem, bem como visando à permanência do jovem na escola.

A liberdade assistida ou a prestação de serviço à comunidade são medidas socioeducativas pouco valorizadas porque, por falta de investimento, estão sucateadas. Com um maior investimento e com a disponibilização de profissionais, de educadores, de atividades, de cursos, de oficinas e de outras iniciativas, com certeza essas medidas seriam muito mais eficazes e bem mais econômicas do que a medida de internação. E sobretudo não criam todos os traumas que um encarceramento pode deixar na vida de um adolescente, sobretudo se executado dentro de unidades que não funcionam. São marcas indeléveis que acabam cada vez mais enraizando esses jovens na prática da criminalidade e reforçando a violência, em vez de diminuí-la.

A sociedade não sabe que o fortalecimento do sistema penitenciário e socioeducativo não ressocializa as pessoas. As cadeias, na verdade, têm um efeito de bumerangue. Na maior parte dos casos é dinheiro jogado fora. É um investimento para criar os futuros agressores da própria sociedade.

**O senhor atua com os direitos de crianças e adolescentes há muito tempo no país. Como avalia os avanços e os desafios nessa área?**

Eu acho que o Brasil avançou muito. É o país que se deu uma das melhores legislações do mundo. Existe um sistema de garantia de direitos e todo um esforço para torná-lo efetivo. Além disso, o país alcançou a universalização do acesso à Educação Básica, tem uma excelente campanha de vacinação que alcança 100% das crianças do país. Os conselhos de direito e os conselhos tutelares, além de colaborar na efetivação dos direitos humanos das crianças, garantem a participação efetiva da sociedade na formulação e monitoramento das políticas públicas. Graças à construção coletiva dos planos de atendimento socioeducativo, do plano de erradicação do trabalho infantil e do plano de convivência familiar e comunitária ofereceram-se as ferramentas para qualificar cada vez mais o trabalho com as crianças. Além disso, é visível a diminuição da população de rua infanto-juvenil desde quando eu cheguei até agora. Estas são algumas das grandes e inegáveis conquistas dos últimos tempos.

O grande desafio é melhorar o que se conseguiu: qualificar o atendimento de saúde e a educação, oferecer cursos profissionalizantes e trabalhar a questão da violência e do consumo e tráfico de drogas. Esse é um dos maiores problemas do Brasil. Uma verdadeira guerra acontece no país, quando vamos analisar a quantidade de vítimas e infelizmente o número de crianças e adolescentes mortos e assassinados. Por isso a gente tenta fazer um trabalho muito mais profundo, para criar uma cultura de paz, uma cultura de resolução não violenta dos conflitos.

**O senhor disse que sua atuação gerou conflitos. Existe muita força contrária ao tipo de trabalho que o senhor realiza?**

O trabalho do militante de direitos humanos é incompreendido. Ele sofre uma pressão psicológica muito forte. O olhar sobre ele é muito negativo. Fala-se mal publicamente o tempo todo. É acusado de “defender bandido”. Na realidade, não defendemos a criminalidade. Qualquer violência praticada contra o ser humano atinge também a nós. Mas eu acredito que o grau de civilização de uma sociedade se mede pelo respeito que dispensa aos direitos humanos.

Em minhas visitas tanto às unidades de internação quanto às prisões, era recebido por alguns agentes socioeducativos com desconfiança. Alguns identificavam o defensor de direitos humanos com o capeta. É verdade que havia situações em que também os funcionários eram violados em seus direitos. A função de agente socioeducativo e penitenciário não é fácil. Em várias oportunidades eles também são vítimas de violência

seja por parte dos presos ou do próprio sistema que os condena a condições de trabalho desumanas. Mas essas situações não podem se tornar pretexto para a prática de maus tratos. É justo que quem comete um crime seja responsabilizado pelos seus delitos, mas sem que haja comprometimento de sua intrínseca dignidade e sem perder a esperança na sua recuperação. Toda vez que se desrespeitar a vida e a integridade física e moral do ser humano e os direitos fundamentais não forem reconhecidos e assegurados, não haverá espaço para a dignidade da pessoa e se dará uma perigosa contribuição ao processo de degradação da sociedade.

O militante de direitos humanos apanha muito. Até por parte dos próprios adolescentes e apenados que pedem ajuda e exigem de nós respostas imediatas. Na realidade nós não temos condições de resolver todos os problemas pelos quais eles passam. Às vezes os próprios jovens chegam a desconfiar do nosso trabalho, porque não conseguimos solucionar as questões. Acham que temos uma varinha mágica com poder de mudar as coisas de uma hora pra outra. É difícil conviver com tudo isso. É um trabalho muito complicado que acaba prejudicando o nosso equilíbrio psicológico e emocional ao ponto tal que, às vezes, torna-se necessário dar um tempo para se refazer.

Há quem acredite que o reconhecimento dos direitos humanos inviabiliza a responsabilização e a punição daqueles que cometem crimes e acaba aliviando a barra dos agressores fazendo pouco caso do sofrimento das vítimas. Isso não é verdade. Os defensores de direitos humanos são solidários com a aflição das vítimas, não compactuam com nenhum tipo de delito e não defendem mordomias para aqueles que os praticam. Eles estão preocupados com o aumento assustador da violência. Inclusive, eles mesmos sentem na pele os efeitos destruidores da criminalidade. Mas, ao mesmo tempo, estão em permanente alerta para evitar que a gravidade da situação não se torne o pretexto para um combate violento à violência.

O respeito pela dignidade e a luta em defesa dos direitos humanos deveriam ser inclinações naturais de qualquer pessoa. Constituem tarefas obrigatórias para todo ser humano. Mas, infelizmente, não é isso que vivenciamos. O aumento assustador dos índices de violência e a desvalorização da vida estão transformando a defesa dos direitos humanos numa exceção, numa luta solitária de uns poucos idealistas inspirados em valores éticos e religiosos que, inclusive, acabam sendo perseguidos por setores da sociedade que, por má fé ou por superficialidade, identificam o compromisso em defesa dos direitos humanos com a proteção a bandidos. É dessa perigosa equação que surgem esses equívocos que precisam ser desmontados.



### **O senhor se arrepende de alguma coisa que fez durante sua atuação?**

Errar todo mundo erra. Eu, com certeza, cometi alguns erros. Mas agi com a vontade de ajudar. Sempre evitei ser agressivo em meus relatórios e sempre fui muito prudente em não fazer pré-julgamentos. Inclusive, como militante de direitos humanos, sempre coloquei em evidência a precariedade das condições de trabalho de quem tem que lidar diariamente com os adolescentes nas unidades de internação ou com os presos, os agentes socioeducativos e penitenciários. Reconheço, porém, que é preciso prestar mais atenção aos funcionários e a suas reivindicações.

Nós apenas sonhamos com um sistema socioeducativo e prisional efetivamente ressocializador, que cumpra sua missão de recuperar as pessoas, que ofereça atividades para seus internos, que seja mais humanizado. Não queremos hotel cinco estrelas para os presos ou adolescentes internados, como vivem acusando os nossos opositores. Queremos, sim, um sistema que valha o investimento que está sendo feito. O valor para se manter as unidades de internação é alto. Tamanho investimento merece um retorno efetivo.

Os sistemas socioeducativo e penitenciário serão de grande utilidade para a sociedade se devolverem para ela pessoas que estejam dentro de um processo de reinserção social, que voltem a acreditar nos valores humanos, que recuperem a própria autoestima e reconheçam a sua própria dignidade e respeitem a dignidade dos outros. Isso faz com que a pessoa não perca a sua dimensão humana e não se torne, ao fim da medida socioeducativa, uma ameaça pior para a sociedade.